

A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL NA INTERFACE COM O AVANÇO NEOLIBERAL E NEOCONSERVADOR

Profa. Dra. Miriam Fábila Alves – UFG/Unirio/FAPERJ/CNPq/Brasil
miriamfabia@gmail.com

Profa. Dra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes – UDESC/Brasil
geovana.mendes@udesc.br

O tema da militarização tem sido objeto de preocupação e investigação, sobretudo no Estado de Goiás, tendo em vista ter sido o estado laboratório de implantação da política de militarização das escolas estaduais, processo que ganhou relevância, a partir de 2013, quando o governador Marconi Perillo iniciou o processo de expansão e interiorização das escolas militarizadas (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018). Instigados por esse movimento, temos investigado e acompanhado o processo, coordenando a organização de uma rede nacional de pesquisadores que investiga o tema e realizando orientações em cursos de graduação e pós-graduação.

Nossas pesquisas, com o enfoque nas políticas educacionais, têm abordado o processo de criação e implantação das escolas militarizadas, as políticas em curso, a gestão escolar, a cobrança de taxas, dentre outros aspectos. Assim, o recorte aqui apresentado objetiva apresentar uma reflexão acerca da militarização no Brasil afim de compreender a interface entre estes processos, a privatização da escola pública e o avanço neoliberal e neoconservador. Partindo de um corpus bibliográfico e documental reunido por nossas pesquisas, pretendemos problematizar em que medida a militarização tem possibilitado outros processos de privatização da escola pública.

Militarização da escola pública e o avanço neoliberal e neoconservador

Podemos avaliar que está em curso no Brasil um avanço neoliberal e neoconservador que, sob o ponto de vista das políticas públicas, especialmente, a partir de 2016, com o governo de Michel Temer, implantou um conjunto de reformas: a aprovação da Emenda Constitucional N. 95/2016 que impôs um severo regime de ajuste fiscal; a reforma trabalhista; no campo educacional a reforma do ensino médio; a aprovação da Base Nacional Comum Curricular. Todo esse cenário, se agravou ainda mais com a eleição de 2018 que levou ao poder um presidente cujo slogan de campanha era "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", que defendeu o armamento da

população, a desregulamentação da economia, das políticas de proteção ambiental, a militarização das escolas.

O governo de Jair Bolsonaro já teve início sob os efeitos da EC N. 95/2016 que impactou a saúde pública, a educação, a segurança pública, a proteção ao meio ambiente e os programas de distribuição de renda, tais como Bolsa Família. O ano de 2019 foi marcado pelo aumento das taxas de desemprego, da insegurança financeira e social e da banalização da violência estatal, que tomou proporções assustadoras. Não obstante, direitos sociais adquiridos com muitas lutas foram constantemente ameaçados e desregulamentados: no campo trabalhista e previdenciário foi aprovada a reforma da Previdência; no campo da educação, o desmonte das políticas educacionais e o ataque às universidades públicas; no campo da ciência e tecnologia uma redução drástica de financiamento que impactou as pesquisas em andamento e a formação dos novos pesquisadores.

A ameaça aos direitos sociais tem sido acompanhada de cerceamento da liberdade de expressão, de manifestações artísticas, de tentativas de censura de diferentes expressões da vida cultural e educacional. Também se destaca o ataque à ciência, o negacionismo, o terraplanismo e a desvalorização social da universidade e da escola pública. No campo simbólico, destacamos o ataque aos professores, que são apresentados pelo governo e seus seguidores como “doutrinadores”, “esquerdistas” e “incompetentes” e que por isso deveriam ser regulados e controlados.

Nesse sentido, ao problematizar o tema da militarização das escolas públicas no Brasil, em que pese o seu destaque no governo Bolsonaro com a criação de um modelo de escola chamado “Cívico-Militar”, a militarização das escolas públicas não começa com a reformulação do Ministério da Educação, em janeiro de 2019, e a criação de uma Subsecretaria para fomentar as chamadas escolas cívico-militares, mas, sem sombra de dúvida faz o tema entrar na agenda nacional, com o empenho do governo federal em instituir uma política educacional de militarização da educação pública. Em que pese as origens desse processo remontar à década de 1990 e se espalhar na primeira década dos anos 2000, quando vários estados da federação iniciaram a militarização das escolas estaduais, o modelo ganha um importante impulso com a publicação do decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019).

Nessa direção, importa destacar que o termo militarizar escola se aplica às instituições escolares públicas, vinculadas às secretarias distrital e estaduais de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança passam a ser geridas em conjunto com a Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros. Podemos também classificar como parte do processo de militarização as escolas públicas, as instituições escolares do sistemas municipais de educação, que firmam convênio, acordos, parcerias com os comandos das polícias militares, Corpos de Bombeiros e Forças Armadas via Pecim, passando a contar com assessoria da corporação, para a aplicação da “Metodologia dos Colégios da Polícia Militar”, ou seja, adaptam os regulamentos escolares à lógica disciplinar dos colégios militares e da própria Polícia Militar.

Nesse sentido, a conceituação preliminar, elaborada a partir das mutações que a chamada militarização tem sofrido, indica o processo de transferência da gestão e da organização da escola pública para a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e demais forças e a implantação de práticas militarizadas na escola pública. As escolas continuam pertencendo às secretarias de educação, são mantidas com recursos da pasta, mas respondem imediatamente às estruturas educativas das pastas de segurança pública dos estados, onde estão alocadas as corporações militares. Tais escolas assumem características semelhantes: a gestão é da Polícia Militar e adotam a disciplina militar nos processos educativos para o controle de estudantes e professores. Tais características têm provocado intensos debates sobre a função da escola, a gestão escolar, o trabalho docente e a formação das novas gerações, dentre outros elementos que se destacam no processo.

Esse processo de militarização não corresponde à criação das escolas *militares* das corporações, como Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, que em sua origem são criadas militares e, geralmente, estão vinculadas aos órgãos específicos, como às Forças Armadas e às Secretarias de Segurança e não às Secretarias de Educação. Difere também de escolas privadas que utilizam a chamada metodologia dos colégios da Polícia Militar, que pertencem a grupos filantrópicos e não seguem necessariamente as normas regimentais das corporações militares, como é o caso das escolas pertencentes a Cruz Azul em São Paulo, ou mesmo as escolas privadas que foram criadas por associação de militares para atender, prioritariamente, aos filhos de militares. Já as escolas cívico-militares, criadas em 2019 pelo MEC, utilizando uma nova nomenclatura, seguem a lógica de militarização das escolas públicas, uma vez que têm como alvo as escolas públicas das redes municipais e estaduais (SANTOS et.al, 2019).

Constatamos que a diversificação desse processo se acentuou à medida em que o apoio da sociedade e o desejo dos governantes de atender às demandas por uma escola militarizada têm movimentado um mercado promissor, para empresas ou organizações não governamentais, de pacotes educacionais de militarização, que tem sido vendidos às secretarias municipais de educação que continuam na gestão da escola, mas utilizam um projeto militarizado (SANTOS et. al, 2019).

Por fim, concluímos que esses conservadorismos têm sustentado os diferentes grupos que apoiam a militarização da escola. Assim, a partir da realidade das escolas públicas militarizadas, refletindo com Apple (2003), podemos afirmar que se objetiva o controle dos estudantes, do trabalho docente, da gestão da escola, bem como abre possibilidades para outros projetos de privatização da escola pública.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.F, TOSCHI, M.S.; FERREIRA, N.S.R. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação da rede estadual. In. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v.12, n.23, p.271-287, jul./out.2018.
- APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
- SANTOS, C.A. A Militarização das escolas públicas do Distrito Federal e o Direito à Educação em questão. In: Maciel. C. E.; GOMES. M. P.; SIQUEIRA. R. M. (Orgs.) **Políticas educacionais democráticas em tempos de resistência**. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2021. p. 167- 194